

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JÚLIA WESLER MARTINHAGO

**DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA – SC:
AVALIAÇÃO DE 2014 A 2023**

CRICIÚMA

2024

JÚLIA WESLER MARTINHAGO

**DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA – SC:
AVALIAÇÃO DE 2014 A 2023**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de ciências contábeis no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof. (º) Me. Anderson Correa Benfatto

Criciúma

2024

JÚLIA WESLER MARTINHAGO

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Criciúma, 27 de junho de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Anderson Correa Benfatto – Me. - UNESC - Orientador

Prof. Luciano da Rocha Ducioni - Esp. - UNESC

Prof. Ademir Borges -Esp. - UNESC

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, fonte de toda sabedoria e inspiração, por me guiar e fortalecer em cada etapa desta jornada. Agradeço também ao grupo de oração Espírito Jovem, por seu apoio espiritual e pelas orações que me sustentaram durante todo o processo.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão ao meu orientador, Prof. Me. Anderson Correa Benfatto por sua orientação, paciência e valiosas contribuições ao longo deste trabalho.

Meus sinceros agradecimentos aos meus colegas de curso, especialmente a Larissa Votri dos Santos, Leticia Henrique dos Santos e Eduardo Hendler Sebastião pelo companheirismo e pelo apoio mútuo ao longo dessa jornada.

Sou eternamente grata à minha família, em particular aos meus pais Vanderlei e Estela e a minha irmã Luiza por todo o amor, compreensão e incentivo que me proporcionaram durante todo esse período.

A todos, o meu mais sincero agradecimento.

“Quando a alma está agradecida a Deus, o coração se enche de alegria e paz.”

Beata Teresa de Calcutá

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA – SC: AVALIAÇÃO DE 2014 A 2023

Júlia Wesler Martinhago ¹

Anderson Correa Benfatto ²

RESUMO: Este estudo analisa o desempenho orçamentário do município de Forquilha, Santa Catarina, entre 2014 e 2023. O presente estudo tem por objetivo principal avaliar por meio de indicadores o Desempenho Orçamentário do Município de Forquilha – SC de 2014 a 2023. Metodologicamente, a pesquisa é de natureza qualitativa, descritiva e documental, utilizando dados extraídos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) e do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Os principais indicadores analisados incluem execução da receita, execução da despesa, resultado orçamentário, limite de endividamento e capacidade de pagamento, entre outros. Os resultados indicam variações significativas na gestão fiscal do município, com períodos de alta e baixa eficiência na arrecadação e aplicação dos recursos públicos. Destacam-se os picos de receita e despesa em 2018 e 2020, bem como a recuperação da eficiência fiscal a partir de 2021. A pesquisa conclui que, embora existam desafios na gestão orçamentária, a transparência e a eficiência na administração dos recursos públicos são fundamentais para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da comunidade local. A análise contínua e o monitoramento dos indicadores financeiros são essenciais para a melhoria contínua da gestão pública.

PALAVRAS-CHAVE: Indicadores orçamentários, transparência, gestão pública, contas patrimoniais.

AREA TEMÁTICA: Tema: 03 – Contabilidade Governamental

1 INTRODUÇÃO

A gestão dos recursos públicos é essencial para o desenvolvimento e bem-estar da comunidade local. A fiscalização e compreensão das finanças municipais são fundamentais para prevenir a corrupção e garantir a eficiência nos gastos públicos.

A administração pública envolve a gestão de órgãos e organizações que prestam serviços à sociedade, sendo essencial para atender aos interesses dos cidadãos (Alves, 2017). Segundo Alves (2017), essa administração pode ser direta, quando executada pelo próprio governo, ou indireta, quando delegada a entidades específicas. A forma como o governo organiza essas ações depende do modelo de administração adotado.

¹ Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

² Titulação (Especialista/Mestre/Doutor), UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



A administração direta está ligada ao Poder Executivo e inclui serviços oferecidos diretamente pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (Costin, 2010). A administração indireta, por sua vez, é descentralizada e realizada por entidades criadas pelo governo para atender às necessidades da sociedade de maneira mais eficiente (Alves, 2017).

A Constituição Federal de 1988 define que a administração pública deve seguir princípios como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (BRASIL, 1988). Esses princípios garantem que o governo gerencie os recursos públicos de forma transparente e eficiente, promovendo a confiança da população.

O Estado, composto pelos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, realiza a administração pública através desses dois métodos (Costin, 2010). A administração direta e indireta assegura que o governo atenda às demandas da sociedade, aplicando políticas públicas de maneira organizada e eficaz, garantindo assim o bom uso dos recursos públicos (Alves, 2017).

Um dos pilares da Contabilidade Pública é a transparência nas informações utilizadas na tomada de decisões, tornando a transparência um dos principais fundamentos de um governo democrático (SILVA, 2011). A transparência pública é crucial não só na esfera governamental, mas também porque as informações divulgadas pelos órgãos públicos interessam a toda a sociedade (SANTOS; MOTA, 2020).

Transparência nas contas públicas significa fornecer aos cidadãos acesso fácil e compreensível às informações financeiras e orçamentárias do município. Segundo Bezerra (2013), o governo deve divulgar o orçamento público amplamente, publicar relatórios sobre a execução orçamentária, e fornece informações sobre a arrecadação de receitas e a execução das despesas.

A contabilidade pública, por meio das normas contábeis e princípios aplicados ao controle patrimonial, foca no controle, registro e avaliação do patrimônio público. Isso auxilia no planejamento da administração governamental, contribui para a tomada de decisões e garante a devida prestação de contas às organizações externas (Piscitelli, 2019).

Situado na Associação dos Municípios da Região Carbonífera, este estudo foca na Prefeitura Municipal de Forquilha, em Santa Catarina. A economia do município é diversificada, incluindo agricultura, pecuária, indústria e comércio. A agricultura é particularmente significativa, com cerca de dez mil hectares de arroz plantados na região.

Diante deste contexto, este estudo pretende responder o seguinte questionamento: Qual o desempenho orçamentário do município de Forquilha – SC de 2014 a 2023?

O presente estudo terá por objetivo principal avaliar por meio de indicadores o Desempenho Orçamentário do Município de Forquilha – SC de 2014 a 2023. Como objetivos específicos, têm-se; 1) Analisar por meio de índices orçamentários o desempenho do Município de Forquilha – SC; 2) Avaliar os índices de liquidez e endividamento do município; e por fim, 3) Identificar os principais fatores que influenciam a variação dos indicadores financeiros-orçamentários.

A pesquisa sobre a gestão de recursos públicos é importante para a sociedade, pois melhora a transparência e eficiência no uso dos recursos, fortalecendo a confiança pública e prevenindo a corrupção (Bezerra, 2013; Dotto et al., 2021). Academicamente, ela enriquece a contabilidade pública ao preencher



lacunas na literatura e fornece uma base para futuras pesquisas, além de oferecer insights valiosos aplicáveis a outros municípios (Piscitelli, 2019; Alves, 2017).

Na prática, a pesquisa fornece ferramentas para melhorar a administração financeira municipal, ajudando no controle, registro e avaliação do patrimônio público, o que facilita o planejamento e a tomada de decisões (Piscitelli, 2019). Além disso, a divulgação de relatórios sobre a execução orçamentária e informações sobre arrecadação e despesas contribui para uma gestão mais eficiente e responsável (Bezerra, 2013).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL DA CONTABILIDADE PÚBLICA

A contabilidade tem a função de registrar, comunicar, consolidar e interpretar eventos que podem ser medidos em termos monetários, impactando as posições financeiras, patrimoniais e econômicas de qualquer entidade (Arruda; Araujo, 2020).

No setor público, a contabilidade é uma subdivisão específica. Segundo Piscitelli (2019), ela abrange entidades jurídicas de Direito Público interno, como a União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas autarquias, além de empresas e fundações públicas que usam recursos do orçamento público.

A contabilidade pública segue as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS), regulamentadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) (Piscitelli, 2019). De acordo com essas normas, a contabilidade pública deve fornecer dados sobre os resultados financeiros, econômicos, orçamentários, de custos e físicos do patrimônio das entidades.

O patrimônio público do ente federado é o foco da contabilidade pública. Lima (2022) define patrimônio público como o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, utilizados pelas entidades do setor público. Dessa forma, é necessário estabelecer procedimentos contábeis que evidenciem a composição patrimonial do ente, visando a mensuração, evidenciação e reconhecimento dos ativos, passivos e variações patrimoniais.

2.2 PLANO PLURIANUAL, LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Atrelado aos princípios de planejamento, o art. 165 da Constituição Federal apresenta a hierarquia a ser seguida no processo de planejamento do orçamento público: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (Brasil, 1988).

Segundo Bezerra Filho (2013), o Plano Plurianual (PPA) desempenha um papel crucial na gestão pública, sendo um dos principais instrumentos de planejamento e controle das ações governamentais. Ele estabelece diretrizes, objetivos e metas para um período de quatro anos, proporcionando uma visão de longo prazo (4 anos). Para Andrade (2016), o PPA transforma compromissos de campanha em normas legais, destacando as prioridades sociais.

O Plano Plurianual é essencial para a gestão municipal, orientando prefeituras na formulação e execução de políticas públicas alinhadas às necessidades da comunidade. Ele é desenvolvido com ampla consulta à sociedade, promovendo a



participação popular e garantindo que as ações governamentais reflitam os anseios dos cidadãos (Andrade, 2016).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é fundamental no ciclo orçamentário, estabelecendo diretrizes e prioridades para a elaboração do Orçamento Anual e proporcionando uma visão geral das metas e estratégias governamentais a curto prazo (1 ano) (Andrade, 2016). Segundo Bezerra Filho (2013), a LDO serve como elo entre o PPA e o Orçamento Anual, detalhando a alocação de recursos para concretizar políticas públicas.

Além disso, a LDO promove a responsabilidade fiscal, estabelecendo limites para despesas e garantindo que as políticas públicas estejam alinhadas com a capacidade financeira do Estado (Bezerra Filho, 2013).

A Lei Orçamentária Anual (LOA) detalha como os recursos públicos serão alocados para realizar políticas governamentais em um exercício financeiro específico (Andrade, 2016). Segundo Arruda e Araújo (2020), a LOA descreve receitas e despesas previstas para o próximo exercício financeiro e reflete as políticas e prioridades do governo.

Bezerra Filho (2013) afirma que a LOA é um desdobramento do PPA e da LDO, definindo metas, prioridades e limites para a execução do orçamento. Ela garante a responsabilidade fiscal e o alinhamento das ações governamentais com as necessidades da sociedade. Andrade (2016) ressalta que a LOA deve ser elaborada de forma transparente e participativa, refletindo as reais necessidades da comunidade.

2.2.1 Receita pública

A receita é um termo usado no mundo todo para definir uma variação da situação líquida patrimonial positiva que pode ser resultado do aumento do ativo ou redução do passivo de uma entidade. Na contabilidade geral, a receita é definida pela entrada de elementos no ativo por venda de mercadorias, prestação de serviços etc., ou a redução dos passivos (Araújo, 2020).

Bezerra Filho (2013) destaca que as receitas públicas são classificadas em receitas orçamentárias e extraorçamentárias. Receitas orçamentárias são aquelas previstas no orçamento e podem vir de tributos, rendas, transferências, alienações e outras fontes, sendo subdivididas em receitas correntes e de capital. Receitas correntes são efetivas, gerando variação patrimonial e originadas da arrecadação de impostos, contribuições e recebimentos de pessoas jurídicas

Andrade (2016) destaca que as receitas públicas são classificadas em receitas orçamentárias e receitas extraorçamentárias. As receitas orçamentárias são as receitas com origem no orçamento, e podem ser elas oriundas de tributos, rendas, transferências, alienações e outras receitas, e podem ser segregadas em despesas, receitas correntes ou receitas de capital.

Por outro lado, receitas de capital são não efetivas, pois não geram variação patrimonial e podem vir de operações de crédito, alienação de bens e amortização de empréstimos. Receitas extraorçamentárias, no entanto, são aquelas não previstas no orçamento, mas que o Estado tem direito, significando que ele possui a posse, mas não a propriedade desses recursos (Araújo, 2020).

2.2.2 Despesa pública

A despesa, na contabilidade geral, é o consumo de um bem ou serviço para gerar receitas. Na contabilidade pública, é o gasto de recursos para atender às necessidades da sociedade previstas na Lei Orçamentária, podendo ser financeira ou econômica (Araújo, 2020).

Piscitelli (2019) define a despesa pública como o gasto de recursos do patrimônio público, que reduz a disponibilidade financeira. As despesas podem ser correntes, como salários e materiais, ou de capital, como investimentos e amortização de dívidas.

Bezerra Filho (2013) afirma que despesas de capital são essenciais para desenvolver infraestruturas e melhorar serviços públicos, promovendo crescimento e sustentabilidade econômica. Elas financiam projetos que melhoram a capacidade do Estado e o bem-estar da população (Bezerra Filho, 2013).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A seguir serão apresentados os procedimentos metodológicos que serão utilizados no desenvolvimento desta pesquisa, assim como os procedimentos para a coleta e análise de dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Quanto ao enquadramento metodológico, a abordagem do problema nesta pesquisa é qualitativa. Segundo Freitas et al. (2015), a pesquisa qualitativa se caracteriza pelo entendimento dos processos estudados através da descrição e interpretação do pesquisador, promovendo análise, discussão e problematização dos fatos.

Em relação aos objetivos, esta pesquisa é descritiva. De acordo com Nunes et al. (2016), a pesquisa descritiva possui um caráter observacional, onde se compara dois ou mais grupos similares sem a interferência direta do pesquisador nos resultados. O objetivo é identificar e analisar fatores que se relacionam com o processo ou fenômeno, proporcionando uma nova perspectiva sobre uma realidade já conhecida.

Quanto às estratégias, esta pesquisa é documental. Conforme Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa documental utiliza documentos científicos autênticos de diversas fontes, com o intuito de descrever e comparar os fatos.

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Os dados foram coletados por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). O SICONFI foi desenvolvido pelo Tesouro Nacional em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO).

Abrangendo o período de 2014 a 2023, os dados foram extraídos dos registros contábeis dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral da Entidade do Setor Público (RCPG), incluindo balanço patrimonial, balanço orçamentário e Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) da Prefeitura de Forquilha, SC. Além disso, foram utilizados dados do Tribunal de Contas do Estado (TCE).



Para a análise foram utilizados indicadores de execução orçamentaria, financeira e patrimonial, eles oferecem uma visão ampla da gestão dos recursos públicos, avaliando a eficiência na realização de receitas e despesas previstas (Araújo, 2020)

No contexto financeiro, medem a capacidade da entidade pública em financiar despesas com receitas próprias e gerenciar dívidas de longo prazo, garantindo sustentabilidade financeira (Piscitelli, 2019)

Indicadores patrimoniais, como a capacidade total de pagamento e o investimento real, avaliam a relação entre ativos e passivos e a eficácia dos investimentos, assegurando a eficiência no uso dos recursos públicos e a saúde financeira da organização a longo prazo (Bezerra Filho, 2013)



Quadro 1: Indicadores de desempenho orçamentário.

Indicadores de execução orçamentária		
Índice	Fórmula	Indica
Execução da Receita	$\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Receita Prevista}}$	Quanto da receita prevista foi efetivamente realizada.
Execução da Despesa	$\frac{\text{Despesa Paga}}{\text{Despesa Fixada (Prevista)}}$	Quanto da despesa fixada foi efetivamente paga.
Resultado Orçamentário	$\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Paga}}$	Diferença entre a receita realizada e a despesa paga.
Eficiência da Utilização da Receita	$\frac{\text{Despesa Paga}}{\text{Receita Realizada}}$	Quanto da receita realizada foi efetivamente utilizada nas despesas.
Comprometimento da Receita Corrente	$\frac{\text{Despesas Correntes}}{\text{Receita Corrente}}$	Quanto da receita corrente foi utilizada para cobrir despesas correntes.
Indicadores de execução orçamentaria financeira		
Índice	Fórmula	Indica
Limite de Endividamento	$\frac{\text{Passivo não circulante}}{\text{Receita corrente líquida}}$	Mede a proporção da dívida de longo prazo em relação à receita líquida corrente da organização.
Receitas Correntes Próprias de Manutenção	$\frac{(\text{Receita Corrente} - \text{Transferências de Recursos Recebidos})}{\text{Receitas Correntes}}$	Mede a proporção das receitas correntes que são geradas internamente pela organização, excluindo transferências de recursos recebidos de outras entidades.
Autonomia Financeira Real (AFR)	$\frac{(\text{Receita Corrente} - \text{Transferências de Recursos Recebidos})}{\text{Despesas Pagas}}$	Mede a capacidade de uma entidade ou organização de financiar suas despesas pagas com suas próprias receitas correntes, excluindo as transferências de recursos recebidos.
Limite de Endividamento	$\frac{\text{Operações de Crédito}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$	Mede a relação entre as operações de crédito realizadas e a receita corrente líquida.
Dispêndio da Dívida	$\frac{(\text{Amortização da Dívida} + \text{Juros e Encargos da Dívida})}{\text{Receita Corrente Líquida}}$	Mede a relação entre o total gasto com amortização, juros e encargos da dívida e a receita corrente líquida.
Capacidade de Pagamento sem Autorização Orçamentária	$\frac{\text{Ativo Financeiro}}{\text{Passivo Financeiro}}$	Mede a relação entre os ativos financeiros disponíveis e os passivos financeiros exigíveis.
Indicadores de execução patrimonial		
Índice	Fórmula	Indica
Capacidade de Pagamento com Autorização Orçamentária	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Passivo}}$	Mede a relação entre os ativos permanentes e os passivos permanentes.
Capacidade Total de Pagamento	$\frac{\text{Ativo total}}{\text{Passivo total}}$	Quanto dos ativos totais está disponível para cobrir os passivos totais.
Investimento Real	$\frac{\text{Investimento}}{\text{Despesas de Capital}}$	Índice do investimento em relação às despesas de capital
Execução Orçamentária de Capital	$\frac{\text{Receita de Capital}}{\text{Despesa de Capital Realizada}}$	Quanto da receita de capital foi efetivamente utilizada nas despesas de capital realizadas.

Fonte: adaptado de Kohama (2016).

A seguir, o quadro 2 apresenta as contas contábeis utilizadas neste trabalho para o cálculo dos indicadores financeiros. Cada conta é detalhada com sua respectiva descrição, proporcionando uma visão clara e precisa das operações e transações financeiras do município de Forquilha.

Quadro 2: Conceito das contas utilizadas para compor os indicadores.

Conta Contábil	Descrição
Amortização da Dívida	Registra as despesas com o pagamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, custeadas com recursos oriundos de operações de crédito contratadas, seja por emissão de títulos públicos ou contratação de operações de crédito, com o objetivo de realizar a rolagem da dívida pública.
Ativo Financeiro	Representa os ativos que podem ser convertidos em caixa de forma rápida e com valor relativamente estável, incluindo disponibilidades de caixa, aplicações financeiras, entre outros.
Ativo Permanente	Compreende os bens e direitos destinados a manutenção das atividades do ente, como imóveis, equipamentos, investimentos em outras entidades, entre outros.
Ativo Total	Soma de todos os ativos do ente, incluindo ativos circulantes, não circulantes, financeiros e permanentes.
Despesa de Capital Realizada	Despesas efetuadas para a aquisição de bens de capital, como investimentos em infraestrutura, imóveis, equipamentos etc.
Despesa Paga	Despesas efetivamente desembolsadas ao longo do exercício financeiro.
Despesa Prevista	Estimativa das despesas que serão realizadas ao longo do exercício financeiro, conforme previsto no orçamento.
Despesas Correntes	Despesas destinadas à manutenção das atividades cotidianas do ente, como salários, benefícios, materiais de consumo, entre outros.
Despesas de Capital	Despesas realizadas para a formação de capital fixo, como construção de obras, aquisição de imóveis, equipamentos, entre outros.
Despesas Pagas	Despesas que foram efetivamente liquidadas e pagas durante o exercício financeiro.
Encargos da Dívida	Juros e outros encargos financeiros decorrentes de dívidas contraídas pelo ente.
Investimento	Despesas realizadas com o objetivo de adquirir ou construir ativos fixos, como infraestrutura, tecnologia, entre outros.
Juros e Encargos da Dívida	Registra os valores estimados para a estimativa das variações patrimoniais diminutivas decorrentes de juros e encargos incidentes sobre passivos classificados como dívida consolidada, tais como operações de crédito e empréstimos e financiamentos contraídos.
Operações de Crédito	Compromissos financeiros assumidos pelo ente, em virtude de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, entre outros.
Passivo	Compreende as obrigações financeiras a serem pagas pelo ente, incluindo dívidas e compromissos assumidos.
Passivo Financeiro	Inclui as obrigações financeiras de curto prazo, como dívidas com fornecedores, empréstimos a pagar, entre outros.

Passivo não circulante	Obrigações financeiras de longo prazo, como empréstimos e financiamentos com prazo superior a doze meses.
Passivo Total	Soma de todas as obrigações financeiras do ente, incluindo dívidas de curto e longo prazo.
Receita Corrente	Receita derivada de impostos, taxas, contribuições e outras receitas correntes que compõem o orçamento do ente federativo.
Receita Corrente Líquida	Receita corrente deduzida das transferências constitucionais e legais a outros entes federativos.
Receita de Capital	Receita derivada de operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos concedidos, entre outros.
Receita Prevista	Estimativa de receitas que serão arrecadadas ao longo do exercício financeiro, conforme previsto no orçamento.
Receita Realizada	Receita efetivamente arrecadada durante o exercício financeiro.
Recursos Recebidos	Inclui todas as receitas recebidas pelo ente, tanto correntes quanto de capital.
Transferências de Recursos Recebidos	Inclui todas as transferências financeiras recebidas de outros entes da Federação, sejam voluntárias ou legais, para aplicação em despesas correntes ou de capital.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024).

Essas contas são essenciais para avaliar o desempenho orçamentário e a gestão fiscal do ente público. A compreensão detalhada dessas contas permite uma análise aprofundada da eficiência e sustentabilidade das finanças públicas municipais ao longo do período estudado.

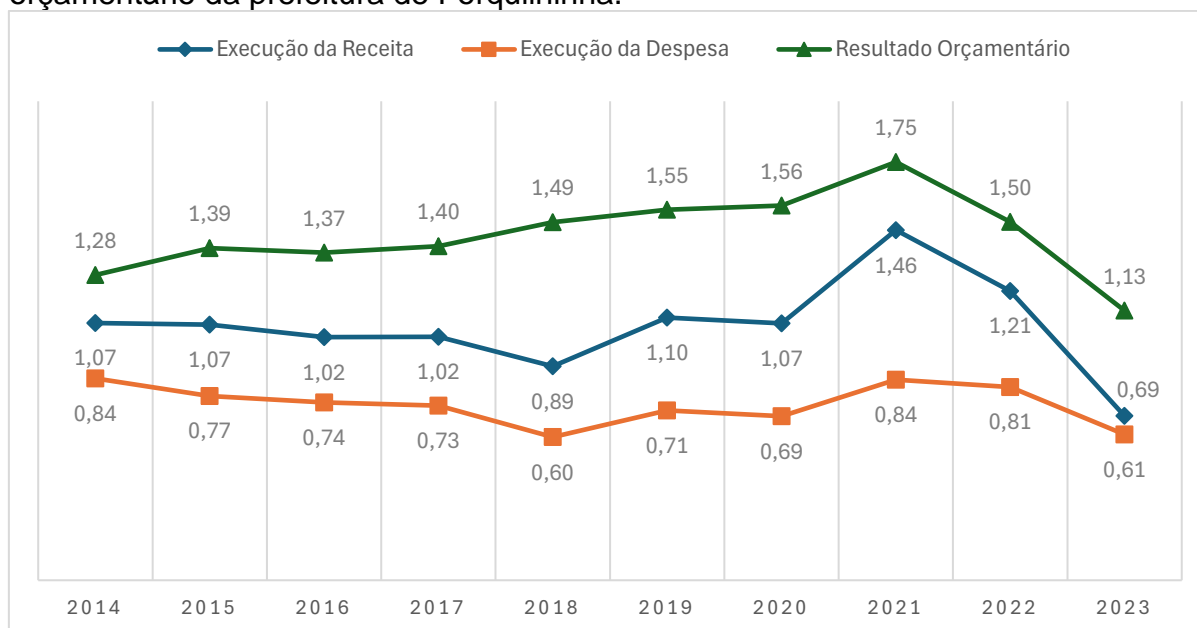
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 BLOCO 1 – INDICADORES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Segue abaixo a análise dos indicadores de execução orçamentária da prefeitura de Forquilha. O gráfico 1 apresenta os indicadores de execução da receita, execução da despesa e resultado orçamentário, que são fundamentais para avaliar a gestão fiscal de um ente público.

A execução da receita mede a capacidade do governo de arrecadar os recursos previstos no orçamento. A execução da despesa, por sua vez, analisa a efetividade na utilização desses recursos para cobrir as despesas planejadas. O resultado orçamentário é a diferença entre a receita arrecadada e a despesa realizada, indicando se o governo operou com superávit ou déficit no período.

Gráfico 1: Indicadores da execução da receita, execução da despesa e resultado orçamentário da prefeitura de Forquilha.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024)

Ao fazer a análise do gráfico 1, observamos variações significativas nos indicadores entre 2014 e 2023. A execução da receita permaneceu estável de 2014 a 2017, mas caiu acentuadamente em 2018 para 0,89, recuperando-se em 2019 e atingindo um pico em 2021 com 1,46. No entanto, declinou novamente em 2022 e 2023. A execução da despesa apresentou uma tendência de queda gradual de 2014 (0,84) até 2018 (0,60).

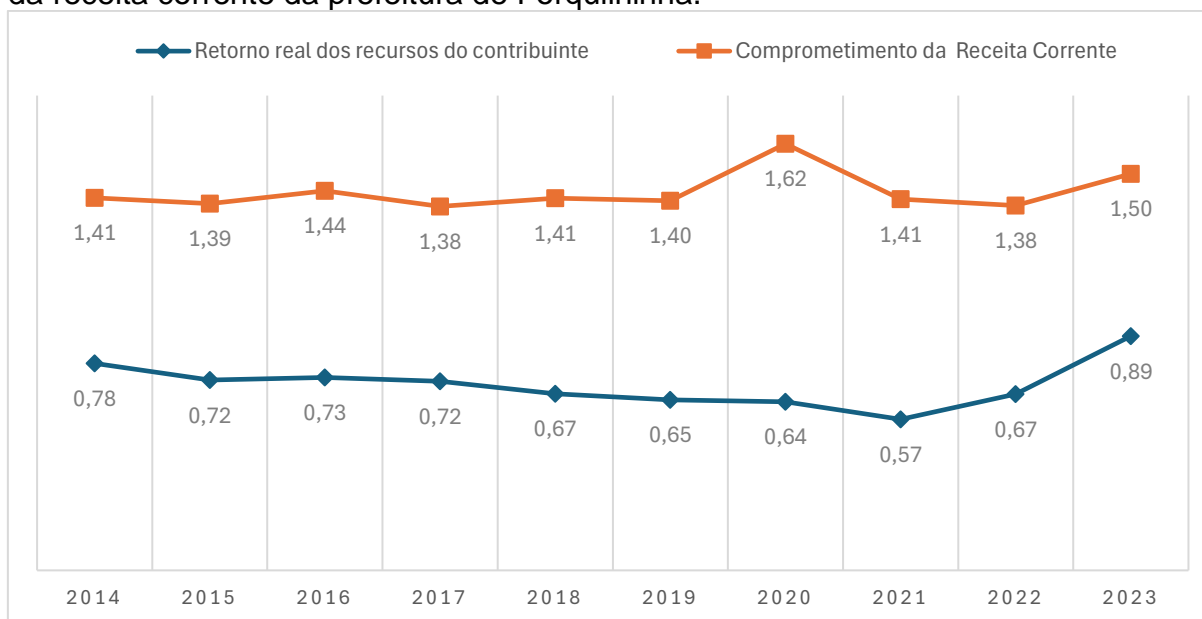
A partir de 2019, houve uma leve recuperação, mas voltou a cair, atingindo 0,61 em 2023. O resultado orçamentário aumentou de 2014 a 2017, caiu em 2018 e depois subiu novamente, alcançando um pico em 2021 com 1,75. Nos dois últimos anos, houve uma redução, caindo para 0,69 em 2023. Esses dados refletem os desafios e ajustes nas políticas fiscais ao longo dos anos.

Observa-se que a partir de 2019 o reflexo dos efeitos da pandemia de COVID-19, o aumento em 2021 dos indicadores é resultado das políticas de incentivo fiscal e recuperação econômica, bem como aumento das despesas devido o investimento em saúde, assistência social e outras medidas emergenciais.

A seguir, o gráfico 2 demonstra os indicadores de retorno real dos recursos do contribuinte e o comprometimento da receita corrente. O indicador de retorno real dos recursos do contribuinte avalia a eficácia do governo em transformar a arrecadação de impostos em serviços e benefícios para a população.

Já o comprometimento da receita corrente mede a proporção da receita corrente líquida destinada ao pagamento de despesas obrigatórias, como folha de pagamento e encargos da dívida, refletindo a capacidade de gestão financeira do ente público.

Gráfico 2: Indicadores de retorno real dos recursos do contribuinte e comprometimento da receita corrente da prefeitura de Forquilha.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024)

Os resultados dos indicadores de execução orçamentária da prefeitura de Forquilha, é possível observar que o retorno real dos recursos do contribuinte mostrou uma tendência de queda de 2014 (0,78) a 2020 (0,57), seguida por uma recuperação até 2023 (0,89). Isso sugere que, após um período de baixa eficiência, houve melhorias na gestão pública a partir de 2021.

Já o comprometimento da receita corrente manteve-se relativamente estável até 2019, com um pico significativo em 2020 (1,62), refletindo um aumento nas despesas fixas. Apesar de uma leve redução nos anos seguintes, o comprometimento permaneceu elevado em 2023 (1,50), indicando desafios contínuos na gestão das despesas obrigatórias.

Esses dados revelam um cenário de recuperação na eficiência fiscal, mas com a necessidade de atenção às despesas fixas para garantir uma gestão financeira sustentável.

4.2 BLOCO 2 – INDICADORES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA

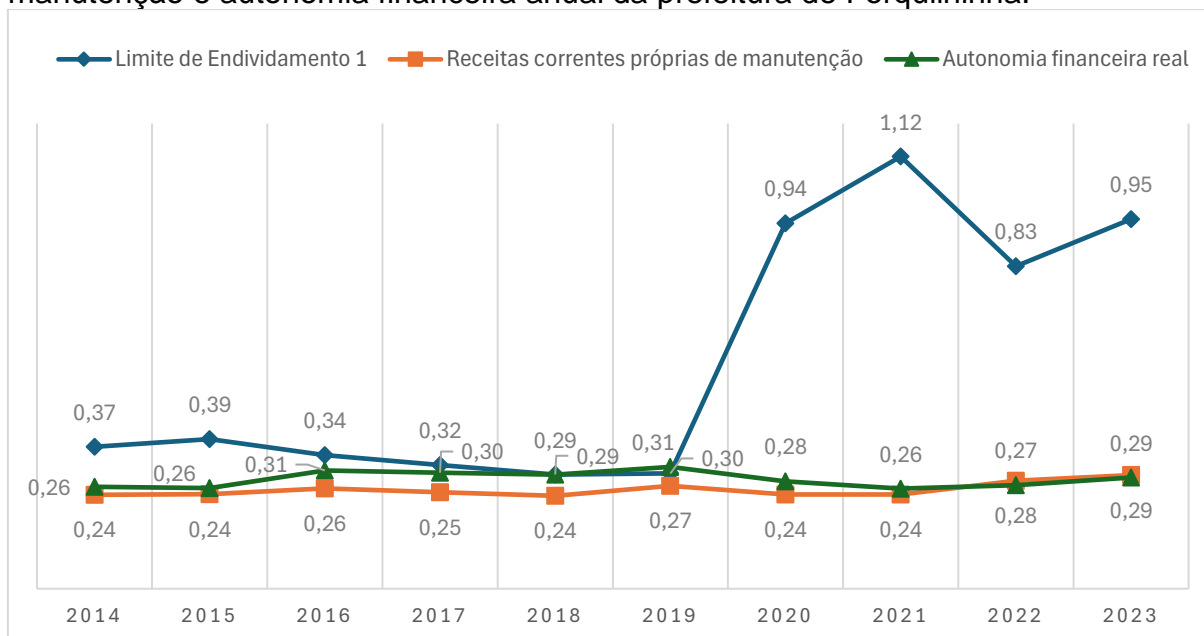
A seguir, a análise dos indicadores de execução orçamentária financeira da prefeitura de Forquilha. O gráfico 3 apresenta os indicadores limite de endividamento, receitas correntes próprias de manutenção e autonomia financeira real para a prefeitura de Forquilha entre 2014 e 2023.

O indicador de limite de endividamento tem a finalidade de avaliar a capacidade da organização de sustentar sua dívida de longo prazo com base na receita líquida corrente.

As receitas correntes próprias de manutenção referem-se à capacidade do município de gerar receitas correntes suficientes para cobrir suas despesas operacionais sem depender excessivamente de transferências externas.

A autonomia financeira real avalia a independência financeira do município, indicando a proporção da receita total que é gerada internamente, sem depender de recursos de outros entes federativos.

Gráfico 3: Indicadores de limite de endividamento (1), receitas correntes próprias de manutenção e autonomia financeira anual da prefeitura de Forquilha.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024)

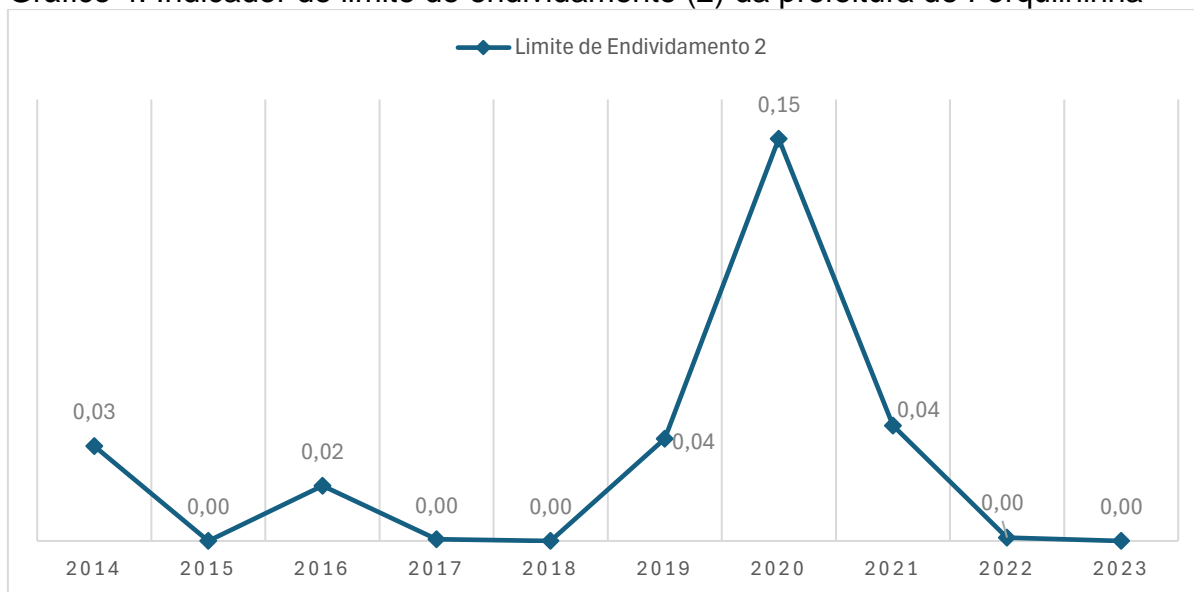
Ao analisar os indicadores, observa-se que o limite de endividamento mostra uma trajetória relativamente estável de 2014 a 2017, variando entre 0,37 e 0,32, seguido de uma queda em 2018 (0,29) e um aumento substancial em 2020 (1,12), antes de estabilizar em torno de 0,95 em 2023.

As receitas correntes próprias de manutenção permanecem bastante estáveis ao longo dos anos, variando ligeiramente entre 0,24 e 0,29. Isso sugere uma consistência na capacidade do município de gerar receitas suficientes para cobrir suas despesas operacionais sem grande dependência de transferências externas.

A autonomia financeira real também se mantém estável, variando entre 0,26 e 0,31, indicando que a proporção da receita total gerada internamente tem sido constante. No entanto, uma leve tendência de crescimento pode ser observada a partir de 2021, alcançando 0,29 em 2023, o que pode indicar uma melhora na independência financeira do município.

O gráfico 4 demonstra o indicador de limite de endividamento 2, que mede a relação entre as operações de crédito realizadas e a receita corrente líquida. Esse indicador é crucial para avaliar a sustentabilidade do endividamento do governo, garantindo que a capacidade de pagamento da dívida esteja alinhada com as receitas correntes, prevenindo riscos de insolvência e garantindo a estabilidade financeira do ente público.

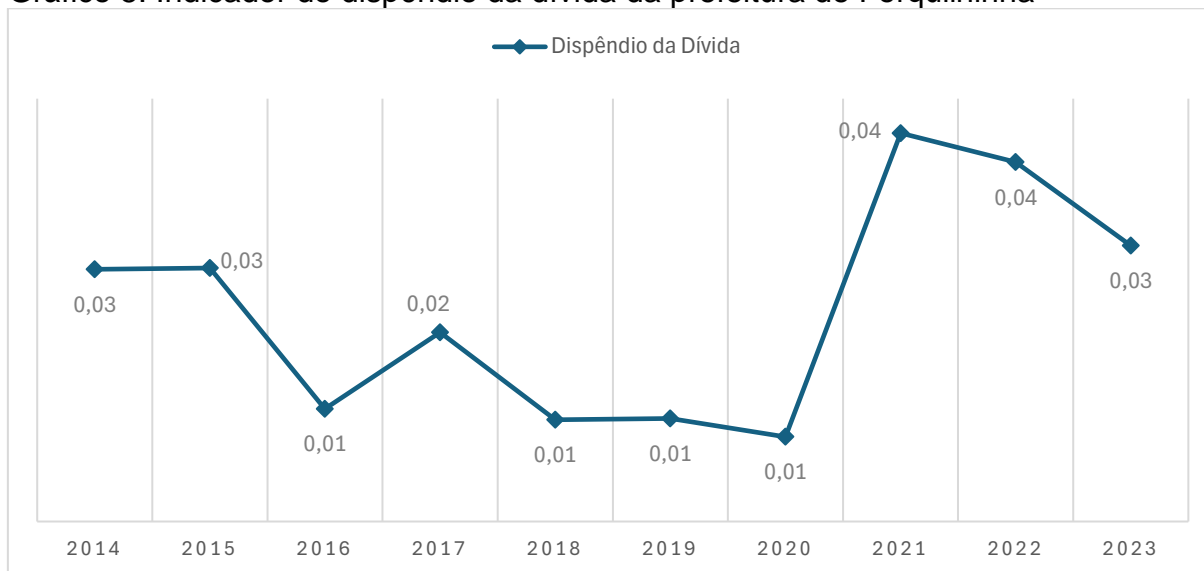
Gráfico 4: Indicador de limite de endividamento (2) da prefeitura de Forquilha



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024)

De 2014 a 2023, os valores foram geralmente baixos, variando entre 0,00 e 0,04, indicando uma abordagem conservadora. O ano de 2020 se destaca com um pico de 0,15, sugerindo uma necessidade emergencial de financiamento, possivelmente devido a crises ou grandes investimentos. Após 2020, o indicador rapidamente retornou a níveis próximos de zero, mostrando que o aumento foi excepcional e que a gestão voltou a ser cautelosa nos anos seguintes.

Gráfico 5: Indicador do dispêndio da dívida da prefeitura de Forquilha



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024)

O gráfico 5 apresenta o indicador de dispêndio da dívida da prefeitura de Forquilha entre 2014 e 2023, que mede a proporção dos recursos financeiros destinados ao pagamento de juros e amortizações da dívida em relação à receita total.

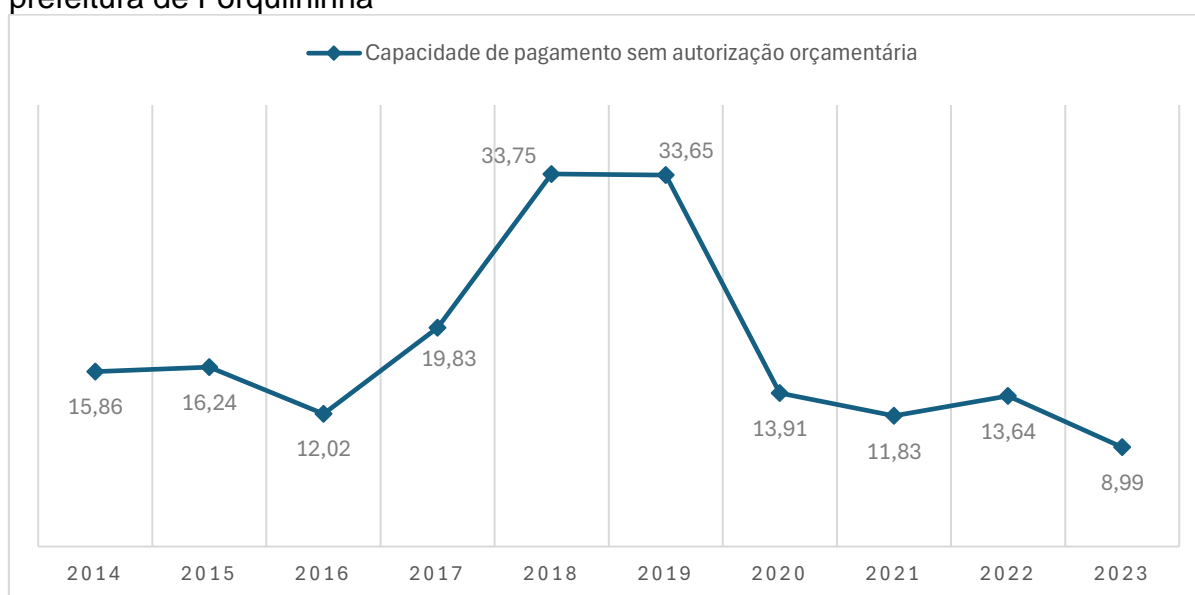
Observa-se que, de 2014 a 2016, os valores variaram de 0,03 a 0,01, indicando uma redução nos pagamentos da dívida em relação à receita. Em 2017,

houve um pequeno aumento para 0,02, seguido por uma queda para 0,01 em 2018 e 2019. O valor se manteve baixo em 2020 (0,01), mas aumentou significativamente para 0,04 em 2021, refletindo um aumento nos pagamentos da dívida.

Nos anos seguintes, o valor estabilizou em 0,04 em 2022 e caiu para 0,03 em 2023. Esses dados indicam que, apesar de uma gestão prudente nos primeiros anos, houve um aumento temporário nos dispêndios da dívida em 2021, seguido por uma estabilização e leve queda nos anos subseqüentes.

A seguir, o gráfico 6 apresenta o indicador de capacidade de pagamento sem autorização orçamentária, que mede a proporção da receita corrente líquida disponível para pagamento de despesas obrigatórias sem a necessidade de autorização adicional do orçamento.

Gráfico 6: Indicador capacidade de pagamento sem autorização orçamentária da prefeitura de Forquilha



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024)

Observa-se que, em 2014 e 2015, os valores são relativamente estáveis, em torno de 15,86 e 16,24, respectivamente. Em 2016, há uma queda significativa para 12,02, seguida de uma recuperação em 2017 para 19,83. O período de 2018 e 2019 registra os maiores valores, com picos de 33,75 e 33,65, indicando uma alta disponibilidade de recursos para pagamento de despesas obrigatórias.

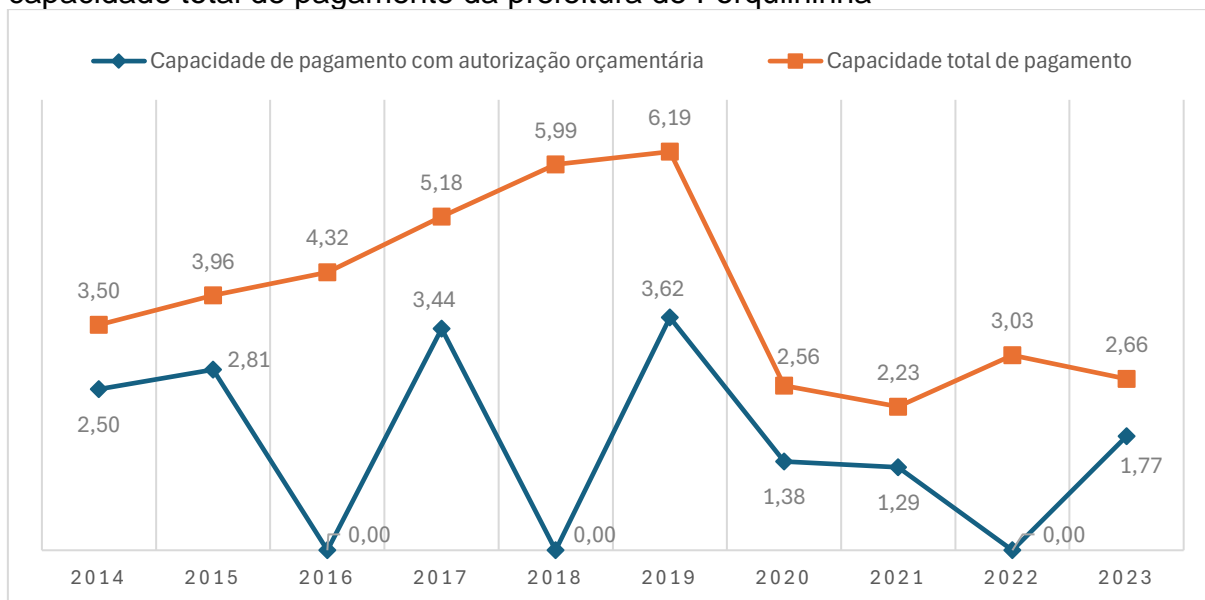
A partir de 2020, há uma queda acentuada para 13,91, seguida de uma nova redução em 2021 para 11,83. Nos anos seguintes, os valores mostram uma leve recuperação para 13,64 em 2022, mas caem novamente para 8,99 em 2023.

4.3 BLOCO 3 – INDICADORES DE EXECUÇÃO PATRIMONIAL

Segue a análise dos indicadores de execução patrimonial. O gráfico 7 apresenta os indicadores de capacidade de pagamento com autorização orçamentária e capacidade total de pagamento. O indicador de capacidade de pagamento com autorização orçamentária mede a capacidade do governo de realizar pagamentos de suas obrigações financeiras que requerem autorização orçamentária prévia.

Já o indicador de capacidade total de pagamento mede a capacidade global do governo de realizar todos os pagamentos de suas obrigações financeiras, independentemente da necessidade de autorização orçamentária.

Gráfico 7: Indicadores de capacidade de pagamento com autorização orçamentária e capacidade total de pagamento da prefeitura de Forquilha



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024)

De acordo com os indicadores, a capacidade de pagamento com autorização orçamentária começou em 2,50 em 2014, aumentando para 2,81 em 2015, mas sofreu uma queda acentuada para 0,00 em 2016. Em 2017, houve uma recuperação para 3,44, seguida por outra queda para 0,00 em 2018. O indicador manteve-se baixo até 2020, quando atingiu 3,62, e posteriormente diminuiu para 1,38 em 2021 e 1,29 em 2022, recuperando-se ligeiramente para 1,77 em 2023.

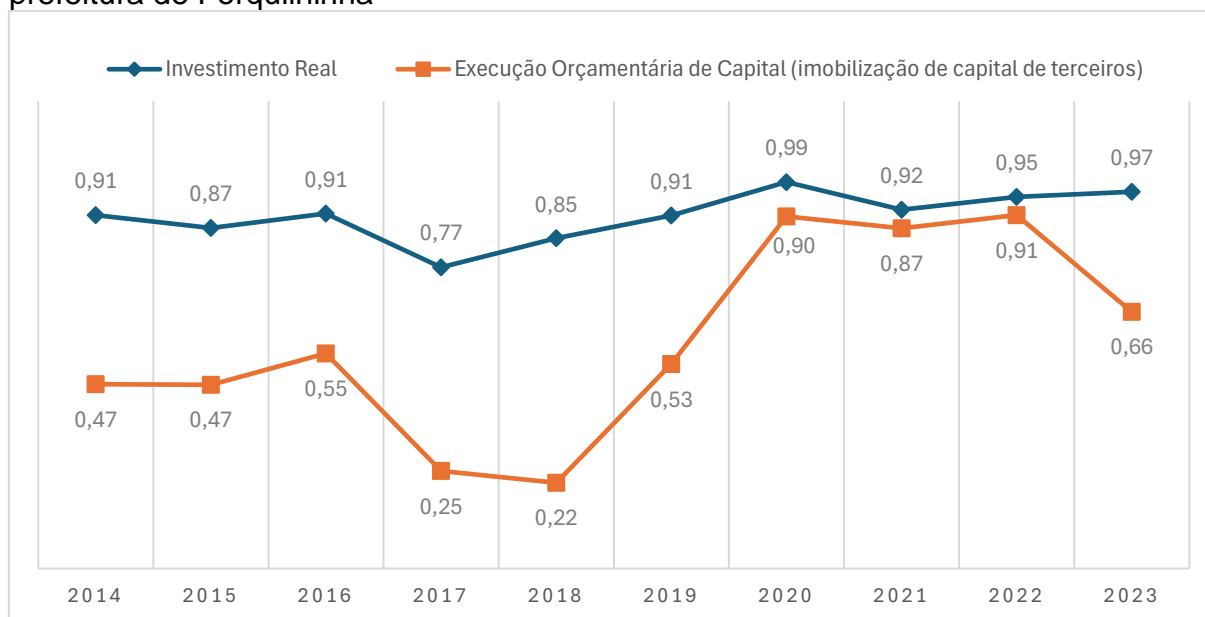
A capacidade total de pagamento começou em 3,50 em 2014 e mostrou uma tendência de crescimento constante até atingir um pico de 6,19 em 2019. Após esse pico, houve uma queda significativa para 2,56 em 2020. Nos anos seguintes, o indicador estabilizou-se em torno de 2,23 a 3,03, finalizando em 2,66 em 2023.

Esses dados indicam que, enquanto a capacidade total de pagamento teve uma trajetória mais estável e crescente até 2019, a capacidade de pagamento com autorização orçamentária apresentou variações mais voláteis, com períodos de valores muito baixos, refletindo possíveis desafios na alocação orçamentária específica para pagamentos autorizados. Em conjunto, esses indicadores fornecem uma visão abrangente da saúde financeira e da flexibilidade orçamentária da prefeitura de Forquilha ao longo do período analisado.

A seguir, o gráfico 8 apresenta os indicadores de investimento real e a execução orçamentária de capital. O indicador de investimento real mede o valor dos recursos efetivamente investidos pelo ente público em projetos de capital, como infraestrutura, tecnologia e outras áreas essenciais para o desenvolvimento.

O indicador de execução orçamentária de capital mede a execução orçamentária de capital relacionado à imobilização de capital de terceiros, ou seja, investimentos realizados com recursos oriundos de fontes externas.

Gráfico 8: Indicadores investimento real e execução orçamentária de capital da prefeitura de Forquilha



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024)

O indicador de investimento real manteve-se relativamente estável ao longo dos anos, iniciando em 0,91 em 2014 e variando levemente, com uma queda para 0,77 em 2017, mas recuperando-se nos anos subsequentes e atingindo 0,97 em 2023. Isso indica que a prefeitura conseguiu manter um nível consistente de investimentos, demonstrando uma boa capacidade de realizar os projetos planejados com recursos próprios.

Por outro lado, o indicador de execução orçamentária de capital mostra maior variabilidade. Ele inicia em 0,47 em 2014 e 2015, mas cai significativamente para 0,25 em 2017 e 0,22 em 2018, refletindo dificuldades na captação e utilização de recursos externos nesses anos. A partir de 2019, observa-se uma recuperação, com o indicador atingindo 0,90 em 2020. Nos anos seguintes, os valores se estabilizam em torno de 0,87 a 0,91, mas caem novamente para 0,66 em 2023.

Essas variações indicam que, enquanto a prefeitura de Forquilha manteve um nível constante de investimentos com recursos próprios, enfrentou desafios na execução de projetos financiados por terceiros.

A volatilidade no indicador de execução orçamentária de capital sugere uma dependência significativa de recursos externos para certos investimentos, com períodos de maior e menor sucesso na obtenção e aplicação desses recursos. O gráfico destaca a estabilidade dos investimentos realizados com recursos próprios e a variabilidade daqueles dependentes de capital de terceiros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo sobre o desempenho orçamentário do município de Forquilha, SC, de 2014 a 2023, permitiu uma análise detalhada dos indicadores financeiros e das contas patrimoniais. A pesquisa avaliou a eficiência da gestão dos recursos públicos, identificando pontos fortes e áreas que precisam de melhorias.

Os resultados mostraram variações significativas na gestão orçamentária de Forquilha ao longo dos anos analisados. A execução da receita e da despesa, bem como os indicadores de resultado orçamentário, apresentaram um desempenho oscilante, refletindo os desafios enfrentados pela administração municipal.

A pesquisa destacou a importância de políticas públicas eficazes e de uma administração transparente, que são cruciais para fortalecer a confiança da população e prevenir a corrupção. A transparência na gestão pública assegura que os recursos sejam usados de maneira eficiente e responsável.

A pesquisa também enfatizou a necessidade de continuar analisando e monitorando os indicadores financeiros e patrimoniais. Isso é essencial para acompanhar a situação financeira do município e fazer ajustes que melhorem a gestão pública. A capacitação dos profissionais da administração financeira e a adoção de práticas contábeis modernas são fundamentais para alcançar esses objetivos.

Em resumo, o presente estudo reafirma a importância de uma gestão pública eficiente, transparente e responsável, que promova o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da comunidade local. A análise dos indicadores financeiros e das contas patrimoniais é uma ferramenta valiosa para orientar a tomada de decisões e melhorar continuamente a administração dos recursos públicos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Aline. **Contabilidade pública avançada**. Porto Alegre: SER - SAGAH. 2017.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 6. São Paulo: Atlas. 2016.

ARAÚJO, Inaldo. **Contabilidade pública** da teoria à prática. 3. São Paulo Saraiva 2020 1 recurso online ISBN 9788571440913.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público**. 7. São Paulo: Atlas. 2018.

COSTIN, Claudia. **Administração pública**. São Paulo: Elsevier Editora Ltda, 2010. 260 p.

DOTTO, Ana Helena Caneppele et al. **Os impactos financeiros-orçamentários iniciais da crise da Covid-19 nos estados brasileiros e Distrito Federal**. Revista de Tecnologia Aplicada, v. 10, n. 2, p. 36-50, 2021. Disponível em:



<http://www.cc.faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RTA/article/view/1668/802#>. Acesso em: 16 mar. 2022.

FREITAS, Joanneliese de Lucas et al. **Corpo e psicologia: uma revisão da produção científica brasileira na primeira década dos anos 2000**. *Psicol. rev.* (Belo Horizonte) [online]. 2015, vol.21, n.1, pp. 66-86. ISSN 1677-1168. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682015000100006. Acesso em: 23 out. 2022.

GABARDO, Emerson; MORETTINI, Felipe Tadeu Ribeiro. **Institucionalismo e pesquisa quantitativa como metodologia de análise de decisões judiciais**. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, n. 63, p. 151-180, 2013.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2009. 120 p. (Educação a Distância). Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 23 out. 2022.

GULLO, Maria Carolina. **A Economia na Pandemia Covid-19: Algumas Considerações/The Economy in Pandemic Covid-19: Some Considerations**. *ROSA DOS VENTOS-Turismo e Hospitalidade*, v. 12, n. 3, 2020. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/8758>>. Acesso em 23 out. 2022.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública teoria e prática**. 15. São Paulo Atlas 2016 1 recurso online

LEMONS, Alberto dos Santos de (ed.). **Covid-19: guia prático de infectologia**. Barueri: Manole, 2020.

MARTINS, Lucas Candeia *et al.* RESILIÊNCIA FINANCEIRA GOVERNAMENTAL E ENFRENTAMENTO À COVID-19. **Revista Gestão Organizacional**, Chapecó, v. 14, n. 1, p. 117-130, 29 dez. 2020. *Revista Gestão Organizacional*. <http://dx.doi.org/10.22277/rgo.v14i1.5742>. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/5742>. Acesso em: 19 out. 2022.

MATIAS-PEREIRA, José. **Administração pública**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2018. 301 p.

NUNES, Ginete Cavalcante; NASCIMENTO, Maria Cristina Delmondes; ALENCAR, Maria Aparecida Carvalho de. **Pesquisa científica: conceitos básicos**. *Id on-Line Revista de Psicologia*, v. 10, n. 29, p. 144-151, 2016. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/390>>. Acesso em: 23 out. 2022.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. **Contabilidade pública uma abordagem da administração financeira pública**. 14. São Paulo Atlas 2019 1 recurso online ISBN 9788597021509.



SANTOS, Jaedson Gomes dos; MOTA, Flávio Perazzo Barbosa. A TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL EM TEMPOS DE COVID-19: reflexões do quadro brasileiro. **Revista Eletrônica Gestão & Sociedade**, Santos, v. 14, n. 39, p. 3716-3724, 29 maio 2020. Disponível em: <https://ges.emnuvens.com.br/gestaoesociedade/article/view/3288/1473>. Acesso em: 21 mar. 2022.

SILVA, Alexandre Alcantara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental**: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 9. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011. 376 p.

SILVA, Mygre Lopes da; SILVA, Rodrigo Abbade da. **Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do covid-19**: impactos e reflexões. Observatório Socioeconômico da COVID-FAPERGS, 2020. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discuss%C3%A3o-07-Economia-Brasileira-Pr%C3%A9-Durante-e-P%C3%B3s-Pandemia.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.

STRABELLI, Tânia Mara Varejão; UIP, David Everson. **COVID-19 e o Coração**. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, v. 114, p. 598-600, 2020.